

A economia brasileira vem-se mostrando vigorosa e já se pode pensar, nesta altura, num crescimento maior que o projetado para 2000. O desempenho tem sido “melhor do que o esperado e deverá continuar assim”, segundo o diretor-gerente interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), Stanley Fischer. Técnicos do Fundo e do governo brasileiro haviam estimado, no final de 1999, uma expansão de 4% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Especialistas continuam divergindo sobre os números, mas têm concordado quanto a um ponto essencial: a evolução dos negócios, nos próximos meses, provavelmente será melhor do que se imaginava até há pouco tempo. Tanto os dados internos quanto os da economia mundial indicam boas possibilidades de crescimento. Se os preços do petróleo continuarem a recuar, o principal motivo de preocupação será removido, ou, no mínimo, bastante atenuado. Fischer manifestou em Washington, numa entrevista concedida na quarta-feira, otimismo quanto à evolu-

ção das condições internacionais.

No Brasil, segundo alguns analistas, o Banco Central poderia sem risco ter decidido um novo corte de juros, na reunião de quarta-feira do Comitê de Política Monetária. A inflação continua sob controle, apesar de alguma pressão resultante dos preços do petróleo. Além disso, as contas externas têm melhorado e tendem a continuar nesse rumo, com exportações em alta e confortável ingresso de capitais. Mas a autoridade monetária, apesar de cautelosa, anunciou na quarta-feira um viés de baixa: poderá, portanto, decidir uma nova redução de juros nas próximas semanas, sem depender de uma reunião formal do Copom. Se isso ocorrer, o mercado terá um estímulo a mais para engajar-se no movimento de reativação da economia.

Mais importante que a expansão a curto prazo, no entanto, é a criação de condições para crescimento duradouro. O aumento do salário mínimo, exportações em alta e crédito mais abundante podem favorecer o desempenho econômico imediato. Mas estão sendo criadas, se-

gundo o presidente do BC, Armínio Fraga, condições para um avanço de longa duração. Segundo ele, o País terá condições, provavelmente, de andar numa pista de alta velocidade nos próximos 10 ou 15 anos.

O Brasil, disse Fraga, pode ambicionar ganhos de produtividade em torno de 3% ao ano, durante um bom período, como vem ocorrendo nos Estados Unidos. Com algum reforço da poupança interna, o potencial de crescimento do PIB poderá subir para algo em torno de 5,5% ao ano. Entenda-se: não se trata de uma

previsão sobre como a economia deverá evoluir a longo prazo. O presidente do BC, ao formular esses comentários, apenas mencionou condições factíveis e necessárias para um crescimento econômico daquela ordem. Não se constrói o desenvolvimento de um dia para outro. Aumento da poupança, investimento produtivo, modernização de equipamentos e de processos, formação de pessoal e mu-

dança de condições institucionais só se refletem no desempenho da economia, plenamente, depois de algum tempo. Os gastos necessários para tudo isso podem estimular a atividade a curto prazo, mas seus efeitos mais importantes ocorrem mais tarde e têm alcance maior. Essas mudanças – este é o fato relevante – vêm-se acumulando há algum tempo, como observou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, numa entrevista recente à revista *Conjuntura Econômica*.

O governo – Executivo, Legislativo e Judiciário – pode contribuir de várias formas para estimular esse crescimento. Uma das mais importantes é a criação de um ambiente propício à poupança, ao investimento produtivo e aos empreendimentos de longo prazo. Estabilidade fiscal e um sistema tributário adequado são componentes essenciais desse ambiente. Houve progressos, mas há muito que fazer, ainda, para a consolidação dessas condições.

Começam a surgir condições para uma expansão prolongada